

LINGUAGEM EM FOCO

Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE
V. 6, N. 1, ano 2014

MARCAS DA ENUNCIÇÃO NO GÊNERO NOTÍCIA

*Paulo da Silva Lima (UFPA)**

RESUMO

Este trabalho aborda o processo enunciativo em textos escritos destinados a crianças. Tem como objetivo identificar as marcas da enunciação que acarretam a subjetividade da linguagem. Para isso, são analisados os mecanismos de embreagem e debreagem actancial, responsáveis pela produção de efeitos de sentido de proximidade entre os interlocutores. Procura-se também demonstrar que expressões linguísticas, típicas da oralidade, são utilizadas intencionalmente pelo enunciador na tentativa de persuadir seu enunciatário.

Palavras-chave: Enunciação; Debreagem; Proximidade.

ABSTRACT

This paper focuses on the process of enunciation in written texts for children. It aims to identify the marks of enunciation that cause the language subjectivity. Therefore, we analyze the mechanisms of “shifting in” and “shifting out actantial”, responsible for producing effects of closeness sense between the interlocutors. We also aim to demonstrate that linguistic expressions, typical of orality, are used intentionally by the enunciator in an attempt to persuade its enunciatee.

Keywords: Enunciation; Shifting out; Closeness.

* Professor de Linguística da Universidade Federal do Pará (UFPA).
Email: paulosl@ufpa.br/paulodasilvalima@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O ato de se apropriar da língua para comunicar-se com o outro faz do locutor a instância responsável pela enunciação. Por isso, mesmo que em alguns textos não se encontrem as pistas que demarcam a presença de quem enuncia, não se pode afirmar que existam textos construídos sem um enunciador pressuposto, que vise atingir a um enunciatário.

É por isso que, no gênero carta pessoal, torna-se possível perceber com mais nitidez a presença de mecanismos da língua que demarcam a presença do locutor e do alocutário. Isso acontece porque a própria estrutura desse gênero é mais propícia para os interlocutores se mostrarem no texto, havendo, assim, um efeito de sentido de proximidade entre eles. Por outro lado, o gênero notícia tem como característica o efeito de sentido de objetividade, ou seja, o enunciador, de forma geral, não se assume como narrador do texto e, conseqüentemente, não determina quem é o narratário no enunciado.

Nesse sentido, como afirma Bakhtin (2010), os gêneros textuais não são estanques, mas tipos relativamente estáveis de enunciados. Por isso, muitas vezes, dependendo das intenções do locutor e do momento enunciativo, a relatividade estável de um gênero torna-se ainda mais necessária. É isso que objetivamos demonstrar neste trabalho, pois, em nosso *corpus*, notícias destinadas para um público infantil ganham formato de textos mais propensos a efeitos de sentido de subjetividade e proximidade entre enunciador e enunciatário.

Sendo assim, embasados na teoria da subjetividade na linguagem de Benveniste (1995), pretendemos mostrar como as instâncias pressupostas pela enunciação, enunciador e enunciatário, são transpostas para o texto com o objetivo de promover uma relação mais direta entre os interlocutores. Além disso, o trabalho tenciona demonstrar que esse efeito de intimidade entre os parceiros da enunciação projeta, em textos escritos, características típicas da oralidade.

Assim, na primeira parte deste trabalho, fazemos algumas considerações sobre o conceito de enunciação, além de discutir questões referentes à subjetividade na linguagem. Na segunda, enfatizamos a embreagem e a debreagem, que são os mecanismos responsáveis pela instauração das categorias de pessoa, espaço e tempo no enunciado. Na parte da análise, procuramos mostrar as marcas da enunciação e os efeitos de sentidos produzidos por elas nas notícias.

1. A ENUNCIÇÃO

Os estudos sobre a enunciação começaram a se expandir por volta da segunda metade do século passado, principalmente com os trabalhos de Bakhtin e Benveniste. Antes disso, as pesquisas tinham como grande embasamento o estruturalismo de Saussure, corrente teórica por meio da qual a língua, como sistema abstrato, detinha o eixo central dos estudos linguísticos.

Para a teoria da enunciação, não se deve estudar a língua fora de uma situação de interlocução, ou seja, é a partir do produto de uma manifestação concreta de linguagem, o enunciado, que o linguista pode encontrar as marcas da enunciação. Esta, nesse sentido, é considerada como o evento

único e jamais repetido de produção de um enunciado. Por isso, ao se analisar um texto, é preciso levar em consideração as condições de produção do discurso, ou seja, o lugar, o tempo, o papel representado pelos interlocutores, as relações sociais e os objetivos pretendidos.

Segundo Benveniste (1989, p. 82), “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”. Com isso, toda vez que o locutor usa a palavra para se comunicar com alguém, realiza-se a enunciação. É a sua relação com a língua que vai determinar os caracteres linguísticos do ato enunciativo. Portanto, é no ato individual de uso da língua que o locutor se instala no discurso, caracterizando, com isso, uma das condições necessárias para a realização da enunciação.

Conforme Benveniste (1989, p. 83-84):

Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno.

Nesse sentido, o locutor, ao se apropriar da língua para realizar um ato enunciativo, também instala o *Outro* em seu discurso, já que todo ato comunicativo parte de alguém que fala para um alguém com quem se fala. Para Benveniste, isso é fundamental no processo discursivo, pois a relação *eu-tu* é constitutiva da enunciação, ou seja, “o termo *eu* denotando o indivíduo que profere a enunciação, e o termo *tu*, o indivíduo que aí está presente como alocutário” (BENVENISTE, 1989, p. 84).

Assim sendo, na enunciação um *eu*, num determinado momento e num determinado lugar, põe a língua em funcionamento, sendo isso o que caracteriza a enunciação, ou seja, o *eu*, o *aqui* e o *agora*. Esses três elementos são as marcas deixadas pela enunciação no seu produto, que é o enunciado. Este, para Bakhtin (2010, p. 275), “não é uma unidade convencional, mas uma unidade real, precisamente delimitada da alternância dos sujeitos do discurso”. Por isso, é no enunciado que se podem identificar, dentre outros, as intenções, o porquê do uso de determinados itens lexicais, e a presença dos interlocutores nas manifestações discursivas.

Pelo fato de a enunciação ser uma instância linguística pressuposta pela existência do enunciado e este ser o produto daquela por meio de determinados itens linguísticos, como pronomes pessoais, demonstrativos, adjetivos, advérbios, dêiticos etc., tem-se, no texto, índices que demarcam a enunciação. Neste caso, acontece, conforme Fiorin (2010), a *enunciação enunciada*, ou seja, a instância enunciativa é exposta no enunciado. Por outro lado, quando essas marcas da enunciação não aparecem no texto, há o *enunciado enunciado*. Nesse sentido, na *enunciação enunciada*, de acordo com seu propósito comunicativo, o sujeito do discurso deixa marcas de sua presença no texto. Já no *enunciado enunciado*, também de acordo com as intenções do enunciador, essas marcas não se fazem presentes, causando um efeito de sentido da não presença de quem enuncia no texto.

É isso que caracteriza a existência de gêneros textuais com efeitos de sentido de objetividade (enunciado enunciado) e de gêneros com efeitos de sentido de subjetividade (enunciação enunciada). Essas relações entre a presença e a não presença das marcas da enunciação no enunciado serão melhor exploradas no item seguinte.

2. DEBREAGEM E EMBREAGEM

A presença do *eu*, *aqui* e *agora* é para Benveniste o que fundamenta a subjetividade na linguagem, pois “a linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo ele mesmo como *eu* no seu discurso” (BENVENISTE, 1995, p. 286). Assim, quando um *eu* se coloca no discurso, também pressupõe um *tu*, já que essa relação/oposição *eu/tu* é uma propriedade fundamental na atividade languageira. Além disso, nesse processo, o tempo (*agora*) e o espaço (*aqui*) só existem por causa do eu, ou seja, dependem de um sujeito que os instaure no discurso, sendo essa também uma relação constitutiva da subjetividade na linguagem.

A debreagem e a embreagem são os mecanismos responsáveis por essa instauração da pessoa, espaço e tempo no texto. Para Greimas e Courtès (2011, p. 111):

Pode-se tentar definir debreagem como a operação pela qual a instância da enunciação disjunge e projeta fora de si, no ato de linguagem e com vistas à manifestação, certos termos ligados a sua estrutura de base, para assim constituir os elementos que servem de fundação ao enunciado-discurso.

A debreagem acontece quando, na discursivização, as pessoas (*eu-tu*), o espaço (*aqui*) e o tempo (*agora*) desmembram-se de sua instância enunciativa para constituir os elementos que fundam o enunciado. Nesse sentido, na debreagem, esses elementos que constituem a subjetividade na linguagem são expulsos de uma instância linguística pressuposta para serem expostos no produto da enunciação, que é o enunciado. Por isso, a discursivização passa a ser considerada como o mecanismo por meio do qual são fundados o tempo, o espaço e a pessoa da enunciação e, concomitante a isso, ela funda a representação do tempo, do espaço e da pessoa no enunciado.

Também há de se mencionar que existem dois tipos de debreagem: a *enunciativa* e a *enunciva*. Aquela diz respeito à instalação do *eu-tu*, *aqui* e *agora* no enunciado, ou seja, os actantes, o tempo e o espaço da enunciação se fazem presentes no texto. Por outro lado, na debreagem *enunciva*, introduz-se no texto o ele, o algures e o então, isto é, no enunciado instalam-se os actantes, o espaço e o tempo pertencentes ao próprio enunciado e não mais à enunciação.

Para Fiorin (2010, p. 45), “a debreagem enunciativa e a enunciva criam, em princípio, dois grandes efeitos de sentido: o de subjetividade e o de objetividade”. Por isso, quando os elementos enunciativos *eu*, *aqui* e *agora* se projetam no texto, engendram-se os efeitos de sentido da subjetividade. Por outro lado, quando as marcas da enunciação são apagadas no texto, constroem-se os efeitos de sentido da objetividade, pois, neste caso, tanto a pessoa do discurso (*eu-tu*) quanto o seu tempo (*agora*) e seu lugar (*aqui*) não deixam marcas no enunciado. Nesse caso, tem-se a impressão de que o texto é narrado por si mesmo. Isso vai ao encontro da afirmação de Fiorin, ao considerar a existência da enunciação enunciada (debreagem enunciativa) e enunciado enunciado (debreagem enunciva).

Uma outra questão que deve ser levada em consideração é o caso da debreagem interna. Nesta “um actante já debreado, seja ele da enunciação ou do enunciado, se torna instância enunciativa, que opera, portanto, uma segunda debreagem, que pode ser enunciativa ou enunciva” (FIORIN, 2010,

p. 45). Isso acontece, por exemplo, quando num romance um narrador em primeira pessoa delega a voz a um interlocutor. Com isso, estabelece-se uma cadeia subordinativa no texto, em que uma voz já debreada dá espaço para a introdução de uma outra voz e assim sucessivamente.

É por isso que, nesse caso, teríamos a debreagem de primeiro grau (o *eu* do enunciador pressuposto delega a voz ao *eu* do narrador); a debreagem de segundo grau, nesse caso interna, (o *eu* do narrador confere a voz ao *eu* do interlocutor); e também a debreagem de terceiro grau (o *eu* do interlocutor concede a voz ao *eu* de um segundo interlocutor). Embora possível, a debreagem de terceiro grau é um caso mais raro de acontecer. A debreagem interna é usada “para criar um efeito de sentido de realidade, pois parece que a própria personagem é quem toma a palavra e, assim, o que ouvimos é exatamente o que ela disse” (FIORIN, 2010, p.46).

No outro mecanismo responsável pela instauração da pessoa, tempo e espaço no enunciado, que é a embreagem, essas categorias são neutralizadas, voltando, assim, à instância enunciativa, ou seja, na embreagem de pessoa, por exemplo, o *eu* pode ser neutralizado pelo *ele*. Isso pode acontecer quando um patrão, dando uma bronca no empregado, fala o seguinte: “O patrão não vai mais relevar as suas faltas no trabalho”. Neste caso, é o próprio patrão quem está se dirigindo ao empregado, mas para isso usa o *ele* (patrão) no lugar de *eu*, tornando nula a presença da instância de pessoa do discurso. Conforme Greimas e Courtès (2011, p.160) “toda embreagem pressupõe, portanto, uma operação de debreagem que lhe é logicamente anterior”.

Do mesmo modo, na embreagem espacial, neutraliza-se a categoria de espaço e, na embreagem temporal, a categoria de tempo da enunciação é neutralizada. Por causa de nosso objetivo neste trabalho não nos deteremos a explorar esses dois mecanismos de embreagem.

3. ANÁLISE DOS TEXTOS

Os textos que selecionamos para analisar foram notícias publicadas no “Estadinho”, blog do jornal “O estado de São Paulo”, destinado ao público infantil. Os textos tratam de assuntos diversos e, como veremos, neles o enunciador, buscando uma proximidade com seu enunciatário, deixa explícitas muitas marcas da enunciação. Deve-se ressaltar que, na análise do *corpus*, determos-nos apenas aos mecanismos de debreagem e embreagem actancial e aos recursos linguísticos típicos da oralidade.

(Texto 1)

Um clique no futuro

A escola onde você estuda, pode usar o celular na aula? Não? E jogar videogame enquanto a professora escreve na lousa? Pois saiba que, em alguns colégios, isso já acontece. E o legal é que nem é na hora do recreio!

Tudo por causa das novas tecnologias, que estão chegando também nas salas de aula. Já tem até professores na Inglaterra dizendo que daqui a 20 anos as provas vão ser feitas pelo computador. Será o fim de papel e caneta?

Até o jeito de ler está mudando. Na Bienal do Livro deste ano, a Editora Globo mostrou uma prévia da obra *A Menina do Narizinho Arrebitado*, de Monteiro Lobato, que está sendo adaptada

para iPad (sem previsão para lançar). Na tela, dá para mexer nos desenhos enquanto lê a história!

Veja o que já está acontecendo e imagine como será a escola do futuro.

Imagine uma sala de aula sem quadro negro e giz. Como a professora faz para ensinar a lição? Fácil: com a lousa digital. E já existe até criança tendo aula com ela! Algumas escolas públicas de Taboão da Serra, na Grande São Paulo, por exemplo, adotaram a tecnologia em 2010.

A lousa é uma tela branca, em que são projetadas as imagens enviadas por um computador. O professor pode escrever na hora (e você acompanha ao vivo na tela), mostrar uma lição já digitada e até navegar pela internet.

O legal é que, com uma caneta especial, você grifa um texto, clica nas páginas e até desenha direto na tela.

(Dado Carvalho, 06/11/2010)

No texto em questão, logo no início, o enunciador, a instância linguística pressuposta, expulsa da enunciação para o enunciado a categoria de pessoa, assumindo-se como narrador, por meio da debreagem enunciativa. Com isso, ao se dirigir ao *você (tu)*, concomitantemente se assume como *eu* no discurso. Além disso, tentando criar um efeito de proximidade, o narrador inicia sua fala por meio de perguntas diretamente destinadas a seu narratário. A interrogação é um dos recursos que o enunciador pode usar no intuito de persuadir seu enunciatário, pois ela “é uma enunciação construída para suscitar uma resposta, por um processo linguístico que é, ao mesmo tempo, um processo de comportamento com dupla entrada” (BENVENISTE, 1989, p. 86).

No excerto, vê-se claramente a presença da subjetividade na linguagem, pois mesmo que a presença do *eu* pareça implícita, ela se explicita com a colocação do *tu (você)* no enunciado. Isso vem corroborar o que afirma o referido autor, quando diz que “o locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro” (BENVENISTE, 1989, p. 84).

No primeiro parágrafo, também, almejando uma relação de intimidade com o narratário, no último período, o narrador utiliza a expressão “e o legal é que”, forma de linguagem pertencente às crianças e semelhante ao diálogo oral. Com esse recurso, a notícia, que é um gênero medialmente escrito, ganha *status* da oralidade. E isso também se estende aos usos das frases interrogativas que se encontram no texto, pois dão a sensação de que o narrador está conversando pessoalmente com o narratário. Encontra-se também um recurso da oralidade no último período do terceiro parágrafo: “na tela dá para mexer nos desenhos enquanto lê a história”. Aqui o verbo “mexer” foi empregado para prender mais a atenção do alocutário e fazê-lo compreender de um modo mais claro a mensagem do locutor.

Para Hilgert (2007, p. 69), condições de proximidade geram interações que resultam em textos identificados pela oralidade e condições de distanciamento engendram textos caracterizados pela escrituralidade. O gênero notícia tem como característica o distanciamento e, por isso, é mais propício à ausência de traços da fala. No entanto, por ser destinado ao público infantil, o texto em análise é construído com a presença de marcas características das interações faladas. Isso comprova o que afirma Bakhtin (2010) quando diz que os gêneros do discurso são tipos relativamente estáveis de enunciados, ou seja, não são estanques, mas podem variar dependendo das intenções do enunciador.

Na sequência do texto, no quarto parágrafo, a debreagem enunciativa continua sendo utilizada pelo enunciador, já que, por meio do *tu* elíptico nos verbos “Veja” e “imagine”, mais uma vez, projetando o narratário, o narrador também se projeta no enunciado. E isso se repete no decorrer da notícia com a presença de “imagine” no quinto parágrafo e “você” no último. A relação *eu-tu* ainda permanece por meio das frases interrogativas como em: “Como a professora faz para ensinar?”, no quinto parágrafo. No final do texto, mais uma vez encontra-se uma marca da oralidade no uso da expressão: “O legal é que”, demarcando a intenção do locutor em utilizar uma linguagem mais próxima de seu público, tanto para informá-lo, quanto para persuadi-lo.

(Texto 2)

Mil faces

Há 60 anos, o cartunista americano Charles M. Schulz batia na porta dos jornais para oferecer uma história em quadrinhos chamada Lil’ Folks (“pequenas pessoas”, em inglês “caipira”). Ninguém dava bola. Até que um jornal aceitou publicar suas tirinhas, mas com outro nome. Nascia assim, em outubro de 1950, a série Peanuts (que, no Brasil, ganhou o título de Minduim). É daí que vem um dos cachorros mais famosos do mundo: o Snoopy. Ele faz parte de uma história de adultos contada para crianças. Mas até parece que são as crianças que contam para os adultos. A série fez muito sucesso e hoje é a história mais comprida já criada por uma única pessoa (Schulz a desenhou por quase 50 anos, até 1999, um ano antes de sua morte).

Se você não conhece o cachorro, saiba que ele é muito inteligente. “A imaginação dele era desenfreada”, conta Roberto Elísio, do Observatório de Quadrinhos da Universidade de São Paulo (USP). Snoopy gosta de brincar de ser outras pessoas, como um aviador, um astronauta, um hippie... E para inventar cada personagem, ele sempre usa uma característica de sua personalidade. Descubra com o Snoopy tudo o que a imaginação pode nos tornar!

Em 1957, os Estados Unidos e a União Soviética estavam competindo para ver quem conquistava o espaço primeiro. Então, para fazer testes, os soviéticos lançaram a nave Sputnik 2 com uma cadela dentro, chamada Laika. Só que ela morreu pouco tempo depois de sair da Terra. Nos quadrinhos, o curioso Snoopy gostou tanto da ideia que se tornou o primeiro cachorro a pisar na Lua. De brincadeira, claro.

Você já ouviu falar no Festival de Woodstock? Ele foi um grande evento de música, realizado nos Estados Unidos em 1969. Vários astros do rock tocaram para cerca de 500 mil pessoas! Muitas delas eram hippies (aquele pessoal que prega o lema “paz e amor”). Inspirado em todo esse agito, Snoopy batizou seu passarinho de Woodstock e criou o personagem Joe Cool, um cara bem tranquilo, como os hippies.

(Dado Carvalho, 23/10/2010).

Neste segundo texto, após apresentar o assunto do qual vai tratar, o locutor, no segundo parágrafo, lança-se da enunciação para o enunciado ao se referir ao *você*, estabelecendo, assim, a relação *eu-tu*, que é a instância constitutiva da subjetividade na linguagem. Com isso, por meio da debreagem enunciativa, o enunciador, explicitando o narratário (*você*), assume a sua presença como a voz que fala no texto. Fato também expresso no uso do verbo “saiba”, em que de forma elíptica um *tu* é mencionado no enunciado e ao mesmo tempo indica a presença do narrador.

No segundo parágrafo, também há um caso de debreagem interna que é, como já exposto neste trabalho, quando um actante já debreado torna-se instância enunciativa e opera uma segunda debreagem. Isso acontece, quando, no segundo período, tem-se a citação, por meio do discurso direto, da fala de Roberto Elísio: “A imaginação dele era desenfreada”. Nesse caso, temos a debreagem de segundo grau, pois, após o enunciador, que é a instância pressuposta, ter instalado no enunciado o *tu* e concomitante a isso se instalar como narrador (debreagem de primeiro grau), ele delega a voz a um interlocutor, ocorrendo assim a debreagem de segundo grau. Nesse fenômeno os actantes mantêm uma cadeia de subordinação, por isso, “o eu que fala em discurso direto é denominado por um *eu* narrador que, por sua vez, depende de um *eu* pressuposto pelo enunciado” (FIORIN, 2010, p. 45).

Ainda no segundo parágrafo, a subjetividade na linguagem é expressa pela utilização de um *tu* elíptico no verbo “Descubra”. Aqui com a pretensão de influenciar seu alocutário, o locutor usa para isso o verbo no imperativo, como se estivesse dando uma ordem ou fazendo um apelo para que as crianças descobrissem com o Snoopy as coisas fascinantes que a imaginação pode proporcionar a uma pessoa. Esse recurso, denominado por Benveniste como *intimidação*, refere-se a ordens e apelos geralmente representados pelo imperativo e pelo vocativo implicando “uma relação viva e imediata do enunciador ao outro numa referência necessária ao tempo da enunciação” (BENVENISTE, 1989, p.86).

Também, no último período do segundo parágrafo, quando o enunciador se projeta no texto como nós (nos tornar), ocorre uma embreagem actancial, mecanismo responsável pela neutralização de oposições dentro da categoria de pessoa. Para Fiorin (2010, p.60), o “*nós* não é a multiplicação de objetos idênticos, mas a junção de um *eu* com um *não-eu*”. Assim, no texto, ao instalar-se como *nós*, o locutor, mesmo destituindo uma subjetividade, cria um efeito de proximidade com seu destinatário, já que se inclui juntamente com as crianças no conjunto dos indivíduos que podem viajar no mundo da imaginação.

Segundo Barros (2002), esse *nós*, que é um *nós inclusivo*, pode produzir efeitos de subjetividade e de aproximação da enunciação, além de uma identificação com o destinatário. Com isso “não há reciprocidade de papéis, já que os papéis do *eu* e do *você* não se separam, não se distinguem, mas, ao contrário, se confundem numa massa amorfa comum” (BARROS, 2002, p.25). No nosso excerto, *eu* e *tu* representam um só, acarretando, com isso, um efeito de ausência de interação e evidenciando mais um recurso do locutor na tentativa de influenciar o comportamento de seu alocutário.

Nos dois últimos parágrafos, o locutor volta a recorrer às marcas da oralidade para parecer-se mais próximo de seu leitor. Isso é notado em: “curioso Snoopy”, pois o adjetivo *curioso* é um termo que se encaixa na linguagem infantil. Também se identifica uma marca da oralidade no último período do terceiro parágrafo: “De brincadeira, claro”. Aqui, tem-se a sensação de que o locutor, que é um adulto, torna-se uma criança e o efeito é como se tivéssemos uma criança interagindo com outra. Essa proximidade entre os interlocutores está vinculada a uma série de fatores, entre eles “o grau de privacidade, de cumplicidade, de envolvimento emocional, de espontaneidade, de cooperação, de dialogicidade” (HILGERT, 2007, p. 74).

Isso também é expresso no último parágrafo em: “todo esse agito” e “um cara bem tranquilo”. Ou seja, essa recorrência a termos tipicamente da conversa do dia a dia aparece no texto escrito,

evidenciando uma relação de reciprocidade entre o *eu* e o *tu*. E, finalmente, encontramos outra vez uma debreagem de primeiro grau quando o narrador é projetado no texto ao instalar um *tu* (*você*) por meio de uma interrogação, que também é um recurso que demarca a instância enunciativa no texto.

(Texto 3)
Fome de histórias

Jiló, chuchu, abobrinha... Acho que você não ficou com água na boca. Mas quer saber um jeito de comer qualquer alimento sem cara feia? (Afinal, eles são bons para a saúde). Brincando!

A médica Ana Paula Pirró até inventa histórias com eles. “Na feira, já vou vendo os personagens.” A fotógrafa Vanessa Dualib faz parecido.

Ela lançou o livro Brincando com a Comida. “Minha mãe dizia: ‘Pode brincar com a comida. Mas depois, vai ter de comer!’.”

Quer ver como é fácil? Pedimos para Ana Paula criar personagens de alimentos e inventamos um conto sem final, para você terminar. Bom apetite (ops, boa história)!

(Ariane Cararo & Dado Carvalho, 13/11/2010).

No texto acima, logo no início, ao se referir a tipos de alimentos, o enunciador usa o diminutivo (abobrinha) como estratégia para produzir o efeito de proximidade com o enunciatário, pois “abobrinha”, é diferente de “abóbora”. O uso do diminutivo, nesse caso, é mais propício à linguagem de um público infantil. Na sequência, por meio da debreagem de primeiro grau, enunciador e enunciatário saem de uma instância pressuposta da enunciação para se tornarem narrador e narratário no texto. Isso é identificado em “Acho” com o *eu* elíptico que acompanha o verbo e em “você”, pronome que demarca o parceiro da enunciação (*tu*).

Ainda no primeiro parágrafo, o narrador, por meio da interrogação, busca produzir um efeito de reciprocidade com o narratário, indagando-o: “quer saber um jeito de comer qualquer alimento sem cara feia?”. Essa estratégia pode aguçar a curiosidade do leitor para saber um pouco mais a respeito da questão. Também o uso da expressão “sem cara feia” parece mais característico da linguagem infantil. E o narrador termina o parágrafo respondendo a pergunta: “Brincando”. Assim, ele busca conquistar de vez a atenção dos seus leitores, já que sabe que a ação de brincar é algo que toda criança gosta de fazer, ou seja, mostra que é possível comer alimentos de uma maneira divertida e agradável.

No segundo parágrafo, há um caso de debreagem interna, pois o narrador, já instalado no texto, dá voz a um interlocutor: “Na feira, já vou vendo os personagens”. Aqui acontece a debreagem de segundo grau, já que o narrador, o *eu* que fala no texto, delega a voz ao *eu* da médica Ana Paula Pirró.

No parágrafo seguinte há outro caso de debreagem interna no seguinte trecho: “Minha mãe dizia: ‘Pode brincar com a comida. Mas depois, vai ter de comer!’.” Aqui temos um exemplo do que Greimas e Courtès(2011) denominam de debreagem de terceiro grau. Isso se deve porque o narrador do texto, já debreado em primeiro grau, delega a voz à fotógrafa Vanessa Dualib (Minha mãe dizia), ocasionando uma debreagem de segundo grau, que por sua vez delega a voz a sua mãe (‘Pode brincar com a comida. Mas depois, vai ter de comer!’), acarretando com isso uma debreagem

de terceiro grau. Esse recurso, conforme Fiorin (2010), é utilizado para produzir um efeito de realidade, já que se tem a sensação de que é a própria personagem quem toma a voz no enunciado.

No final do texto o narrador segue com a estratégia da interrogação para fazer-se parceiro do narratário na discursivização (Quer ver como é fácil?). Além disso, faz recorrência a um *nós* (pedimos) que, neste caso, segundo Fiorin (2010, p. 60), caracteriza-se como o *nós exclusivo*, ou seja, é a junção de *eu+nãotu*. Aqui, tem-se uma *embreagem actancial*, pois a primeira pessoa do plural é usada no lugar da primeira do singular. Isso identifica o que o autor denomina de plural de modéstia, ou seja, “o *eu* evita dar realce a sua subjetividade, diluindo-a no *nós*” (FIORIN, 2010, p.96). Assim, esse *nós* representa o narrador do texto, juntamente com a equipe do blog “Estadinho”.

Fato semelhante é identificado na sequência com a introdução do *nós* em: “inventamos”, no entanto esse *nós* não representa apenas a soma do narrador com o blog, mas também com o *ele* da médica Ana Paula Pirró. Ocorrências como essas, segundo Barros (2002, p. 27), acabam, de certo modo, atenuando a intimidade entre destinador e destinatário.

O texto é finalizado com mais uma expressão peculiar da conversa cotidiana: “Bom apetite (ops, boa história)!”. Com isso, corrobora-se a intenção do locutor em causar o efeito de parceria com o alocutário, pois, com esses recursos linguísticos, o texto, que é escrito, ganha *status* de oralidade, ou seja, parece que, pessoalmente, duas pessoas estão conversando.

(Texto 4)

Nhac!

Não importa se você ainda não almoçou: a sobremesa é toda sua!

Já imaginou se, todo dia, você pudesse comer a sobremesa antes do almoço ou do jantar? Mas você já parou para pensar por que a gente come primeiro o prato salgado para, só depois, vir a sobremesa? Parece que, justamente por isto ser proibido, os doces se tornam ainda mais irresistíveis. Antes de pensar que esta regra é birra dos pais, saiba que o costume de comer o alimento salgado surgiu porque o açúcar não existia em grande escala (de forma que os doces também não). E, quando surgiram, as receitas eram mantidas secretas! Bem, nesta edição, batemos um papo com cinco pessoas que, assim como a gente, são loucas por açúcar. Você vai descobrir como surgiram alguns doces e, claro, ficar com muita água na boca!

(Thais Caramico & Dado Carvalho, 11/09/ 2010).

No texto em análise, logo depois do título, por meio da *embreagem actancial*, o narrador é projetado no enunciado ao mesmo tempo em que instala um *tu* (você) e isso prossegue na expressão: “a sobremesa é toda sua”, com o uso do pronome possessivo que diz respeito ao narratário. Essa mesma expressão também soa como resquícios de oralidade, pois segundo Hilgert (2011, p. 173) “quando se fala em oralidade em textos escritos, faz-se referência, na verdade, a efeitos de sentido de oralidade produzidos pelo uso de certos recursos de linguagem na construção do texto”.

Em seguida há recorrência à interrogação, destinada ao narratário (você), no intuito de estabelecer a proximidade entre quem enuncia e a quem se destina o enunciado. Mais a frente, o

mesmo recurso interrogativo é usado, mas dessa vez o narrador utiliza uma embreagem por meio de *a gente*, na 3ª pessoa, no lugar do *nós*: “Mas você já parou para pensar por que a gente come primeiro o prato salgado para, só depois, vir a sobremesa?”. Esse *nós*, que é inclusivo, pressuposto em *a gente*, coloca narrador e narratário em um grupo de sujeitos que após almoçarem ou jantarem gostam de se deliciar com uma sobremesa.

O uso de *a gente* em lugar de *nós* produz efeitos “de acentuação da informalidade da relação e de atenuação da subjetividade e da aproximação da enunciação, variando o grau de reciprocidade e de igualdade entre os interlocutores” (BARROS, 2002, p.31). No nosso excerto, mesmo atenuando a subjetividade, o *a gente* posto em lugar de *nós inclusivo* estabelece uma relação de informalidade entre os sujeitos identificados na inclusão, isto é, entre a pessoa que escreveu o texto e o público visado.

Ainda na notícia, aparecem outros exemplos de que o narrador busca trazer para o texto escrito expressões que se parecem com o discurso oral e isso é perceptível em: “é birra dos pais”; “batemos um papo”; “são loucas por açúcar”; “ficar com muita água na boca”. Além disso, em “batemos um papo”, o *nós* elíptico no verbo se refere ao plural de modéstia, por meio do qual o narrador dilui sua subjetividade, agregando-se a um *não-tu*.

No penúltimo período do texto, outra embreagem com *a gente* é usada: “assim como a gente são loucas por açúcar”. Mais uma vez o narrador usa a 3ª pessoa no lugar da 1ª do plural, que seria um *nós inclusivo*, já que ele diz a seu narratário que os dois gostam muito de comidas doces.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho procurou-se analisar as marcas da subjetividade na linguagem em um gênero textual medialmente escrito, que tem como característica causar efeitos de distanciamento e de objetividade. No entanto, mesmo sendo um gênero com essas qualidades, a notícia, quando é escrita visando um leitor infantil, busca, na proximidade e na subjetividade, meios necessários para influenciar o comportamento de seu alocutário.

Por isso, ao nos propormos identificar a presença da debreagem e da embreagem nos textos, buscamos exemplificar como esses mecanismos operam na transposição do enunciador e do enunciatário, instâncias pressupostas, para o texto, o produto da enunciação. Isso ficou bem demarcado nas análises feitas, pois, como se expôs, a instalação do *eu-tu* nos textos visou à produção de efeitos de sentido de proximidade entre os interlocutores.

Assim também foi o uso da debreagem interna, em que o narrador trouxe para dentro do texto outras vozes, objetivando o efeito de realidade, pois com esse recurso tem-se a sensação da presença de quem enuncia por meio do discurso direto. Além disso, como observado, todos esses mecanismos responsáveis pela instauração da subjetividade no *corpus* carregam em si marcas da oralidade, já que, mesmo sendo escritos, em muitas partes, os textos apresentaram características da linguagem oral, objetivando, com isso, o efeito de proximidade com o leitor.

Muitas outras questões sobre a enunciação poderiam ter sido enfatizadas neste trabalho, mas, por questões de espaço, limitamo-nos a investigar somente a subjetividade na linguagem, no que diz respeito à categoria de pessoa. No entanto, fica aberta a possibilidade de serem investigadas outras marcas e outros efeitos de sentido produzidos pelas astúcias da enunciação.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. (Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- BARROS, D.L.P. Interação em anúncios publicitários. In:PRETI, Dino (org.) **Interação na fala e na escrita**. São Paulo: Humanitas, 2002.
- BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes, 1995.
- _____. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 1989.
- FIORIN, J. L. **As astúcias da enunciação**. São Paulo: Ática, 2010.
- GREIMAS, A. J. e COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Contexto, 2011.
- HILGUERT, J. G. **A oralidade em textos escritos**: reflexões à luz de uma teoria de texto. *Calidoscópio*, Porto Alegre, v. 9, n.3, p. 171-179, set/dez 2011.
- HILGUERT, J. G. Língua Falada e comunicação. *Calidoscópio*, Porto Alegre, v. 5, n.2, p. 69-76, mai/ago 2007.
- Site consultado:**
- <http://blogs.estadao.com.br/estadinho/>